01. Tales, advogado, foi contratado por Anaximandro, investigado em operação policial de repercussão nacional, para acompanhar as diligências ainda na fase de investigação. No curso da apuração, Tales apresentou razões escritas. Acerca dos direitos do advogado, assinale a opção **correta**:

a) Tales pode apresentar razões e quesitos na fase de apuração.
b) Tales deverá aguardar o recebimento da denúncia para apresentar suas manifestaões escritas, sendo-lhe vedado fazê-lo na fase inquisitorial.
c) Em nenhuma hipótese poderá a autoridade policial delimitar o acesso de Tales aos elementos de prova, nem mesmo relativos às diligências ainda em andamento.
d) Mesmo que o inquérito policial tramite em sigilo, Tales não precisará apresentar procuração para ter acesso aos autos.

02. Heráclito é sócio de uma sociedade de advogados sediada na Seccional da OAB/SP, onde o mesmo possui inscrição principal. Em razão de suas especialidades advocatícias, Heráclito também foi sondado por diversos clientes no Estado de Minas Gerais. Em razão do exposto, Heráclito poderá:

a) advogar normalmente no Estado de Minas Gerais, sem necessidade de inscrição suplementar, independentemente da quantidade de ações que vier a propor.
b) acompanhar quantas causas quiser em Minas Gerais, desde que o faça através da sociedade de advogados (pessoa jurídica) de que já é sócio.
c) constituir sociedade unipessoal de advocacia em Minas Gerais, mesmo já sendo sócio de sociedade de advogados em SP, devendo, para tanto, promover sua inscrição suplementar em MG.
d) obter autorização escrita do Presidente da OAB/MG para, excepcionalmente, atuar em Minas Gerais, pessoalmente ou através da sociedade de advogados sediada na OAB/SP.

03. Homero é autor de ação indenizatória de que saiu vencedor. Com o trânsito em julgado da sentença condenatória e o depósito judicial do réu, Parmênides, advogado regularmente constituído nos autos por Homero, efetuou o levantamento do alvará cujos valores deveria repassar ao cliente, mediante prestação de contas, porém não o fez, em razão da crise econômica e das dificuldades financeiras que assolaram seu escritório. Com base no exposto, assinale a opção **falsa**:

a) a obrigação de prestação de contas ao cliente pode ser prorrogada ou excepcionalizada em casos específicos, como no presente, desde que demonstrada a dificuldade financeira por parte de Parmênides.
b) Homero terá o prazo de cinco anos para exigir contas de seu advogado Parmênides, sob pena de prescrição.
c) Além da obrigação de prestar contas, Parmênides também poderá responder disciplinarmente caso não o faça, hipótese em que seria aplicável a sanção de suspensão do exercício profissional.
d) Caso seja punido disciplinarmente, a sanção imposta a Parmênides poderá perdurar até satisfação integral da dívida, principal e acessórios.

Anotações

04. Sócrates é advogado muito bem quisto na Subseção de Atenas/MG, onde exerce a profissão há mais de dez anos. Por tais razões, foi eleito Vice-Presidente da Subseção da OAB de Atenas/MG. Durante a investidura de Sócrates, seu desafeto, Meleto, representou disciplinarmente contra o mesmo, imputando-lhe condutas incompatíveis com a advocacia. Sobre o processo disciplinar na OAB, indique a opção **correta**:

a) Por ter sido eleito Vice-Presidente Subseccional, o processo disciplinar em desfavor de Sócrates só poderá ser processado e julgado perante o Conselho Federal da OAB.
b) Por ter sido eleito Vice-Presidente Subseccional, o processo disciplinar em desfavor de Sócrates só poderá ser processado e julgado perante o Conselho Seccional da OAB.
c) Por ter sido eleito Vice-Presidente Subseccional, o processo disciplinar em desfavor de Sócrates só poderá ser processado e julgado perante o Conselho Subseccional da OAB.
d) Por ocupar cargo de dirigente Subseccional, o processo disciplinar de Sócrates deverá ser suspenso até o término do mandato eletivo.

05. A Caixa de Assistência dos Advogados do Estado da Bahia possui 5 (cinco) Diretores: Pitágoras; Filolau; Árquitas; Xenófanes e Melisso. Descobriu-se, contudo, durante a investidura destes Diretores, algumas irregularidades na gestão da CAA, onde restaram apurados desvios de finalidade e de recursos do órgão. Em razão do exposto, aponte a assertiva **verdadeira**:

a) A Caixa de Assistência poderá sofrer intervenção, desde que aprovada por *quorum* de, no mínimo, 2/3 dos membros do Conselho Seccional da OAB/BA.
b) A Caixa de Assistência poderá sofrer intervenção, desde que aprovada por *quorum* de, no mínimo, 2/3 dos membros do Conselho Federal da OAB.
c) Excepcionalmente a CAA pode ser criada por um Conselho Seccional que contar com menos de mil e quinhentos inscritos.
d) Por se tratar de órgão autônomo da OAB, a CAA não poderá sofrer intervenção de outro órgão da OAB, exceto se houver autorização judicial.

06. O acordo celebrado entre o cliente e a parte contrária:

a) prejudica apenas os honorários convencionados;
b) prejudica apenas os honorários concedidos por sentença;
c) prejudica os honorários convencionados e os concedidos por sentença;
d) não prejudica os honorários, quer convencionados, quer concedidos por sentença.

Anotações

07. Não é competência do Conselho Seccional da OAB:
a) manter cadastro de seus inscritos;
b) fixar a tabela de honorários;
c) resolver os casos omissos no Estatuto;
d) aprovar e modificar seu orçamento anual.

08. O advogado Protágoras, muito envolvido com as questões sociais em sua comarca, resolveu dedicar, de forma eventual, algum tempo de sua advocacia às pessoas carentes, de forma voluntária, nada cobrando dos clientes necessitados. Relativamente à advocacia pro bono, assinale a opção **incorreta**:
a) Mesmo na advocacia gratuita, Protágoras deverá empregar o zelo e dedicação habituais, não deixando os clientes desamparados.
b) Considera-se advocacia pro bono a prestação gratuita, habitual e voluntária de serviços jurídicos, em favor de instituições sociais sem fins econômicos e aos seus assistidos, mesmo que os beneficiários disponham de recursos para a contratação de profissional.
c) a advocacia pro bono não poderá ser utilizada para fins político-partidários ou eleitorais.
d) a advocacia pro bono não poderá beneficiar instituições que visem a objetivos políticos ou promocionais, nem tampouco ser instrumento de publicidade para captação de clientela.

09. Demócrito é estagiário de advocacia, e precisa obter determinada certidão, nos autos de determinado cumprimento de sentença, no sentido de que certo bem encontra-se penhorado. É **verdadeiro** dizer que o requerimento de certidão:
a) deverá estar assinado por advogado, podendo trazer, em conjunto, assinatura de Demócrito.
b) Por se tratar de cumprimento de sentença, cuja cognição é sumária, não há falar-se na possibilidade de requerimento de certidão de penhora, seja a pedido do advogado, seja do estagiário.
c) poderá ser assinado exclusivamente por Demócrito, desde que conste nos autos autorização do advogado nesse sentido.
d) poderá ser assinado exclusivamente por Demócrito, independentemente de autorização do advogado.

10. A pena de censura é aplicável nas seguintes hipóteses, **exceto**:
a) violação a preceito do Código de Ética e Disciplina;
b) reincidênicia em infração disciplinar;
c) violação a preceito do Estatuto, quando o mesmo não estabelecer pena mais grave;
d) prejudicar, por culpa grave, interesse confiado ao seu patrocínio.

Anotações